
Jornalismo e Interseccionalidades: aproximações conceituais e reflexões sobre a prática jornalística¹

Valmir Teixeira de Araújo²
Marina Parreira Barros Bitar³
Universidade Federal de Rondônia – Unir
Universidade Estadual do Tocantins - Unitins

Resumo

Esse trabalho se propõe a aproximar os conceitos de interseccionalidades e jornalismo, destacando como marcadores sociais da diferença — como raça, classe, gênero e outros — influenciam a produção e a circulação de narrativas midiáticas. A partir de uma abordagem teórica fundamentada em revisão bibliográfica, a análise busca compreender os limites e possibilidades do jornalismo enquanto prática social comprometida com a diversidade e a promoção da cidadania. O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw e ampliado por autoras brasileiras como Carla Akotirene, é tomado como lente crítica para reler as dinâmicas de visibilidade (e invisibilidade) nos meios de comunicação, e, em específico, o campo do jornalismo. Assim, é possível considerar que a incorporação de perspectivas interseccionais contribui para a ampliação das boas práticas jornalísticas, promovendo uma comunicação mais plural, representativa e cidadã.

Palavra-chave: Jornalismo; Interseccionalidade; Marcadores Sociais; Cidadania

Introdução

O estudo das interseccionalidades no campo da comunicação revela-se fundamental para ampliar e aprofundar as reflexões sobre o jornalismo contemporâneo e o papel desempenhado pelos meios de comunicação na reprodução — ou contestação — das desigualdades sociais. Em especial, o jornalismo praticado em contextos periféricos e marcados por assimetrias históricas impõe desafios analíticos que exigem uma abordagem sensível às múltiplas camadas de opressão que atravessam os sujeitos sociais representados (ou silenciados) pela mídia, por meio de uma análise crítica sobre marcadores sociais.

Este trabalho propõe uma aproximação teórica entre os campos da interseccionalidade e do jornalismo para refletir sobre os modos de produção e

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação Social (Umpes), professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia – Unir. E-mail: valmir.ptu@gmail.com

³ Mestra em Comunicação e Sociedade (UFT) e docente do curso de Administração da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). E-mail: marina.bitar@unitins.br

representação midiática a partir da diversidade. Parte-se do entendimento de que o jornalismo oscila, frequentemente, entre dois extremos: de um lado, a espetacularização de conflitos socioambientais; de outro, a invisibilização sistemática de grupos historicamente marginalizados. Tais práticas não são neutras, mas atravessadas por relações de poder que envolvem marcadores sociais como raça, classe, gênero e outros.

A metodologia adotada é de caráter teórico e baseia-se em revisão bibliográfica, para buscar uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) e ampliado no Brasil por autoras como Carla Akotirene (2019). Ao lançar mão dessa lente, busca-se compreender como diferentes marcadores sociais se articulam nas dinâmicas jornalísticas, interferindo diretamente na construção de conteúdos midiáticos nas formas de visibilidade concedidas aos sujeitos subalternizados.

Este estudo insere-se, portanto, no escopo da pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), intitulada Jornalismo e Interseccionalidades na Amazônia Ocidental: mapeamento histórico e perspectivas da mídia regional de Rondônia. Ao articular história da mídia, estudos do jornalismo e interseccionalidade, a proposta é contribuir para uma crítica mais robusta às formas convencionais de produção noticiosa, ampliando o debate sobre comunicação, justiça social e promoção cidadã.

O que é Interseccionalidade?

O conceito de interseccionalidade foi formulado originalmente por Kimberlé Crenshaw, no final dos anos 1980, como uma resposta às limitações das abordagens feministas e antirracistas que tratavam gênero e raça de forma isolada. Em seu artigo seminal *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex* (1989), Crenshaw analisou como a legislação e o discurso jurídico estadunidense invisibilizavam as experiências específicas de mulheres negras, que enfrentam simultaneamente o racismo e o sexismo.

Assim, a proposta de interseccionalidade emergiu como uma ferramenta analítica para evidenciar essas sobreposições estruturais de opressão e exclusão. Desde então, a interseccionalidade tem sido discutido, sobretudo por intelectuais do feminismo negro, como Patricia Hill Collins, Angela Davis e, no Brasil, por pensadoras como Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Carla Akotirene, que ampliaram e rediscutir o conceito.

Angela Davis, em sua obra *Mulheres, raça e classe* (2016), com publicação original de 1981, discute de maneira contundente o que mais tarde seria conceituado como interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw. Davis, a partir de uma perspectiva forjada no olhar marginal das mulheres negras, analisa como as opressões de raça, gênero e classe não operam de modo isolado, mas de forma articulada dentro de um sistema de dominação interligado. Embora o termo "interseccionalidade" ainda não existisse formalmente na época, sua análise já revelava uma compreensão profunda das estruturas de opressão múltiplas que incidem sobre os corpos e as experiências das mulheres negras.

Quem também desenvolve uma perspectiva interseccional antes do termo ser cunhado foi Lélia Gonzalez, em *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos* (2020), em que articula raça, gênero, classe e poder como “matrizes” de opressão. A autora destaca como a divisão sexual e racial do trabalho no capitalismo brasileiro exclui mulheres negras, impondo-lhes uma exploração tripla: por gênero, raça e posição de classe.

Segundo Araújo e Bitar (2023, p. 6), feministas brasileiras, como Lélia Gonzalez escrevem “ensaios propondo um feminismo afro-latino-americano há mais de três décadas, colocando em pauta o ser mulher, ser latina e o ser negra no Brasil”. Ao propor a categoria de "amefricanidade", Gonzalez amplia a análise interseccional para além das fronteiras nacionais, englobando as experiências compartilhadas das mulheres afro-latino-americanas e ameríndias, sob a lógica do patriarcado capitalista e racializado.

Em seu livro *O que é lugar de fala* (2020), Djamila Ribeiro apresenta uma perspectiva do feminismo negro para o contexto brasileiro, insiste que o reconhecimento das experiências específicas das mulheres negras é essencial para construir políticas públicas e epistemologias mais justas. Para ela, a interseccionalidade não é apenas uma ferramenta teórica, mas uma ação necessária: “olhar interseccional mostram-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui” (Ribeiro, 2017, p. 26).

Como afirma Carla Akotirene, trata-se de romper com os reducionismos identitários e com a ideia de que as mulheres negras devem suportar sozinhas os impactos históricos da colonialidade, sendo vistas como figuras míticas de resistência.

Em seu livro *Interseccionalidade* (2019), a autora afirma que “a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade elucidando as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequências e tipos de discriminações interseccionais” (AKOTIRENE, 2019, p. 59).

Assim, a interseccionalidade pode ser encarada como uma chave analítica fundamental para compreender a realidade específica em uma sociedade plural e diversa, como a brasileira. A compreensão de que as múltiplas camadas de opressão, como gênero, raça, classe e outros como marcadores sociais é importante para discutir o papel social dos meios de comunicação, em especial do jornalismo.

Jornalismo e Interseccionalidades

O jornalismo deveria ser, por essência, uma construção plural, pois é constituído a partir de múltiplas perspectivas, narrativas, fontes, formas de interpretar os acontecimentos e as dinâmicas sociais. Levando em consideração a representatividade racial e de gênero, por exemplo, um dos caminhos para que o jornalismo brasileiro se torne um espaço mais plural, cidadão, antirracista e de não tolerância à misoginia, fruto do patriarcado, é a presença da perspectiva feminina e afrodescendente (Araújo; Bitar, 2023). Por isso, importa retomar alguns pilares fundamentais do jornalismo para melhor compreender seu papel social e a possibilidade de diálogo com a interseccionalidade.

Para Otto Groth (2011), um dos pioneiros nos estudos do jornalismo, já no início do século XX, essa prática se sustentava em quatro características essenciais: universalidade (a capacidade de abordar temas diversos), periodicidade (a regularidade na produção de conteúdo), atualidade (a conexão com o tempo presente) e difusão (o alcance público da informação).

A função histórica da imprensa é abordada por Briggs e Burke (2016), que analisam a trajetória dos meios de comunicação desde suas origens até os dias atuais, em uma abordagem “de Gutenberg à Internet”. Para os autores, desde sua criação, a imprensa sempre esteve conectada de maneira integrada às mudanças sociais, especialmente após o advento dos meios eletrônicos de comunicação, surgidos no século XIX. Refletir sobre a imprensa implica, necessariamente, refletir sobre o jornalismo, sobretudo porque é preciso buscar definições sobre o que se compreende

por imprensa no ambiente digital, considerando a variedade de páginas que produzem conteúdos tidos como ‘informativos’, mas que nem sempre são jornalísticos.

O debate sobre o jornalismo é amplo, diverso e envolve distintas abordagens teóricas e correntes de pensamento. Nesse sentido, é pertinente recuperar os fundamentos ou noções essenciais do jornalismo apresentados por Otto Groth, um dos pioneiros na pesquisa da área, que, no começo do século XX, propôs a “ciência dos jornais” com base em quatro pilares: universalidade, regularidade, atualidade e disseminação (GROTH, 2011, p.144). O pesquisador propõe esses quatro elementos como fundamentos para compreendermos o fazer jornalístico.

A produção jornalística pode ser entendida como aquela que contempla esses quatro princípios. No entanto, a aplicação e/ou relevância desses fundamentos foram sendo transformadas conforme os formatos e as épocas. Um exemplo é que a regularidade e a atualização passaram a ser tratadas de maneiras distintas com o surgimento dos meios eletrônicos e a consequente demanda por imediatismo. Ainda assim, é possível reconhecer nesses princípios propostos por Groth (2011) as estruturas que sustentam os códigos da prática jornalística.

Entretanto, o jornalismo não é apenas técnica ou rotina produtiva, ele também tem um papel social dentro de uma sociedade. Como aponta Primo (2011), a lógica industrial transformou parte significativa do jornalismo em uma "commodity", um produto padronizado, voltado para grandes audiências e, muitas vezes, submetido aos interesses do mercado. Por sua vez, essa padronização faz com que veículos distintos reproduzam pautas semelhantes, com fontes, narrativas e conteúdos muito parecidos. Por isso, importa pensar na produção de um jornalismo mais amplo e plural, que abarque as diversidades características da sociedade.

Para Peruzzo (2009), os meios de comunicação não existem apenas para informar, mas precisam cumprir um papel social. A autora defende a comunicação como um direito fundamental, pois permite que as pessoas se reconheçam como sujeitos ativos, capazes de compreender e transformar sua realidade. O que nos leva a discutir sobre o papel da mídia na formação cidadã, apesar de seu histórico de instrumentalização da dominação, do reforço das hierarquias sociais e dos estereótipos dos diversos já marginalizados socialmente.

No entanto, é fundamental compreender que o conceito de imprensa não corresponde a uma entidade homogênea e permanente, regida por normas inflexíveis. Ao contrário, pode-se entender a imprensa brasileira, por exemplo, como um conjunto diverso de meios de comunicação que desenvolvem conteúdos jornalísticos em contextos bastante distintos, tanto em termos de desigualdades estruturais quanto em relação às orientações políticas que influenciam suas linhas editoriais. Há também as diversas variações da comunicação popular, comunitária e alternativa, conforme conceitua Peruzzo (2024).

Ademais, o jornalismo enfrenta transformações significativas, impulsionadas pela participação cada vez mais ativa e diversificada dos públicos, que não apenas consomem, mas também produzem e comentam as informações. As novas tecnologias e linguagens modificam as formas de apuração, edição e distribuição das notícias, exigindo dos profissionais uma constante adaptação. Como resultado, os conteúdos jornalísticos também se transformam, buscando dialogar com diferentes interesses, formatos e modos de leitura, o que revela um cenário em constante reconstrução e reconfiguração do fazer jornalístico.

Assim, importa muito discutir as práticas e a produção jornalística a partir da interseccionalidade. Isso implicaria ao jornalismo, por exemplo: reconhecer que uma mulher indígena, quilombola ou negra da periferia não vivencia a realidade de uma mesma cidade, que um homem branco e morador de uma área valorizada da mesma localidade. Quando o jornalismo trata como um grupo local (cidade, região ou estado) de forma homogênea, a interseccionalidade chama a atenção para a necessidade de abordagens específicas e por consequência mais completa e mais próxima de uma boa prática jornalística.

Melo da Silva e Aguiar (2023) recordam que o jornalismo moderno foi, em grande parte, um instrumento da colonialidade – disseminando uma visão de mundo eurocêntrica e reforçando hierarquias. Decolonizar a comunicação, portanto, exige questionar não apenas o que é noticiado, mas quem narra, como se narra e para quem se narra. E nesse sentido, a compreensão de interseccionalidade pode contribuir muito para o jornalismo brasileiros e suas especificidades.

Considerações Finais

A articulação entre jornalismo e interseccionalidade, proposta neste trabalho, visa contribuir para o alargamento crítico das análises sobre a mídia, especialmente em contextos historicamente negligenciados. Ao adotar uma abordagem teórica fundamentada em revisão bibliográfica e inspirada nos aportes de autoras como Carla Akotirene, buscamos contribuir com a discussão sobre o papel social do jornalismo, que por sua vez é atravessado por dinâmicas complexas de poder, visibilidade e exclusão.

Reconhecer que as interseccionalidades estão presentes em nossa sociedade implica em revisitar o papel do jornalismo como prática social e política, capaz de mediar narrativas, construir representações e, sobretudo, disputar sentidos no espaço público. Ao integrar os campos da história da mídia, dos estudos do jornalismo e da teoria interseccional, esta reflexão aponta para a urgência de práticas comunicacionais que sejam, de fato, comprometidas com a justiça social.

Como desdobramento futuro, é fundamental incentivar pesquisas que possam contribuir com o aprofundamento do conceito de interseccionalidade no campo acadêmico da comunicação e em especial da prática jornalística, pensada a partir da necessidade de construir um jornalismo mais plural, representativo e cidadão.

Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais; coordenação de Djamila Ribeiro). ISBN 978-85-98349-69-5.
- ARAÚJO, V. T.; BITAR, M. P. B. A mulher jornalista como protagonista na imprensa negra. In: XLVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2023, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2023.
- BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet, Pádua Dias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. (Publicação original de 1981).
- GROTH, O. **O quarto poder**: uma contribuição à história do jornalismo. Tradução de Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 752 p.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Rio, Flávia e Lima, Márcia. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (p. 286)

MELO DA SILVA, Dayana K.; AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. **Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade**. Revista Pauta Geral, v. 10, n. 1, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; São Paulo: Justificando, 2017.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas**. Revista Fronteiras, Volume 11, nº 1. 2009.

PERUZZO, Celina M. K. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PRIMO, A. **Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 130-146, dez. 2011.